

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.229 - MG (2018/0235311-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE** : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD  
**ADVOGADO** : HILDEBRANDO PONTES NETO - MG016162  
**ADVOGADA** : KARINA HELENA CALLAI E OUTRO(S) - DF011620  
**ADVOGADOS** : ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA - DF026550  
SAMUEL GUILHERME DE SOUZA CUSTODIO - MG114330  
LEONARDO MACHADO PONTES - MG129942  
PAULO MACHADO PONTES E OUTRO(S) - MG140222  
**EMBARGADO** : MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA PALMA  
**ADVOGADOS** : WLADIMIR RODRIGUES DIAS - MG069322N  
WLADIMIR DE CASTRO RODRIGUES DIAS E OUTRO(S) - MG167556

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CONTRADIÇÃO DA DECISÃO. CRITÉRIOS DE BASE DE CÁLCULO.

1. Houve contradição entre os próprios termos da decisão ora embargada ao tratar da base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência. Uma vez que não houve insurgência nos primeiros embargos de declaração acerca da base de cálculo fixada na decisão que proveu o recurso especial, é o nesta estabelecido que deve prevalecer, ou seja, o de proveito econômico.

2. Embargos de declaração acolhidos para prestar esclarecimentos.

**DECISÃO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD em face de decisão da minha lavra, assim sintetizada:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. OMISSÃO.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em

# *Superior Tribunal de Justiça*

ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.

2. Omissão constatada e esclarecida acerca da sucumbência recíproca e das despesas processuais.

3. Embargos de declaração acolhidos para prestar esclarecimentos.

A parte embargante alega ter ocorrido contradição entre o fundamento da decisão ora embargada, que entendeu dever a parte recorrida arcar com os honorários advocatícios de 13% sobre o proveito econômico obtido pela parte - base de cálculo fixada na decisão que proveu o recurso especial, e o seu dispositivo, o qual falou de 13% sobre o valor da causa.

É o relatório.

Decido.

2. Com razão a parte embargante. De fato houve contradição entre os próprios termos da decisão ora embargada ao tratar da base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência. E uma vez que não houve insurgência nos primeiros embargos de declaração acerca da base de cálculo fixada na decisão que proveu o recurso especial, é o nesta estabelecido que deve prevalecer.

Assim, os honorários de sucumbência, diante da ausência de sucumbência recíproca, devem ser integralmente arcados pela parte recorrida obedecendo o critério de 13% sobre o proveito econômico obtido pela parte recorrente.

3. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para esclarecer que a base de cálculo dos honorários de sucumbência é o proveito econômico obtido pela parte recorrente.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 08 de novembro de 2019.

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator